

Editorial / Editorial

Desde tempos imemoriais, a disposição de morrer e matar pela coletividade persiste intensamente cultivada. Na modernidade, o militar serve ao Estado, mas precisa estar integrado numa comunidade ampliada, que se reconhece a si mesma e é reconhecida: a nação. As dificuldades para compreender este termo são os enigmas que envolvem a nação, entidade que se firma no século XX, quando as trocas produtivas se intensificam, as noções de direitos e deveres são amplamente disseminadas e o acúmulo de conhecimento tecnológico permite a comunicação de massa em escala absolutamente nova.

Face à heterogeneidade e aos conflitos da sociedade urbano-industrial, um sentimento unificador, o “amor à pátria”, é imprescindível ao braço armado do Estado. Em grande parte, isso se deve ao *status* especial que o militar se atribui. Além de ter como missão a defesa da pátria contra ameaças estrangeiras, este se apresenta como fiador da estabilidade e da ordem política de seu país. No Brasil, sob forte influência da doutrina positivista, o militar percebe a nação como ente sagrado, acima dos processos sociais que a forjaram e a corporação castrense como guardiã do espírito patriótico.

No momento da Independência, o Brasil era uma entidade indefinida, com fronteiras incertas e ainda estava em formação uma comunidade cônica da semelhança existente entre seus membros; distintas visões orientaram as mobilizações que tiveram papel político estratégico para a unidade territorial naquele contexto. Mas é na Proclamação da República que se destaca a atuação dos integrantes das corporações militares no processo sociopolítico nacional.

Buscando legitimar suas intromissões negativas, as Forças Armadas, em particular o Exército, tentam se apresentar como construtoras da nacionalidade, em que pese à pouca tradição de

combate a inimigos externos. A partir de então, têm representado um sistemático entrave à construção da democracia no Brasil. Na atualidade, o ativismo político da alta hierarquia militar impôs um revés à experiência democrática estabelecida sob a égide da Constituição de 1988: propiciou a fraude no processo eleitoral e a entrega da presidência da República a um político de extrema-direita, acelerando o desmonte institucional vigente.

Não obstante a relevância das corporações militares em diferentes períodos e aspectos da vida nacional, é ainda relativamente acanhada a literatura acadêmica que discute as questões organizacionais e funcionais destas instituições. Pesquisas e ensaios sobre o pensamento estratégico e as concepções de Defesa Nacional foram desenvolvidos nas últimas décadas, bem como a reflexão sobre as relações internacionais do Brasil, com ênfase na segurança hemisférica. Já não se pode dizer o mesmo quanto às organizações militares propriamente ditas ou a seus integrantes, nem quanto ao destacado papel que desempenham na construção da comunidade nacional.

A presente edição temática de Tensões Mundiais apresenta trabalhos que auxiliam a compreensão, em perspectiva interdisciplinar, do extraordinário ativismo político dos militares, tendo como foco o período da vida republicana brasileira.

Conhecido estudioso dos militares, com vasta trajetória acadêmica, o fundador do Observatório das Nacionalidades e de sua revista, Manuel Domingos Neto faz uma percuciente análise do que representa o “projeto de nação, Brasil em 2035”, documento lançado por um grupo de generais e coronéis que tem a pretensão execrável de tutelar a sociedade brasileira. A entrevista concedida à Carta Capital é reveladora: por um lado, não há proposições inovadoras, pois já vem sendo realizadas, em grande parte, pelo governo de extrema direita, do qual participam em torno de sete mil militares; por outro, a novidade é o aparato montado para sua divulgação, o que pode ser visto como um gesto de certeza (ou de impunidade?) de que contam com suas hostes para tomada do poder. Manuel traz importante alerta no sentido de que precisamos compreender com mais rigor, amplitude e profundidade a ameaça desse projeto para a democracia no continente latino-americano.

Siniša Malešević, professor de sociologia na Universidade de Dublin e membro do conselho consultivo de Tensões Mundiais, é renomado intelectual com inúmeras obras sobre guerra, violência, nação e etnicidade. Em seu instigante artigo explora as relações entre nacionalismo e racismo no mundo contemporâneo. Apesar de serem ideologias com diferenças conceituais intrínsecas, há um grau substancial de compatibilidade que permitiu que, em alguns contextos históricos, se unissem em um projeto político, enquanto em outras situações caminhassem como adversários.

Redemocratização, controle civil e reação é o tema escolhido por professores do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF): Eduardo Heleno de Jesus Santos, Erika Kubik da Costa Pinto, Vagner Camilo Alves. Os autores examinam, em perspectiva comparada, a presença de militares de reserva em grupos de pressão política nos países pioneiros do Mercosul, que se caracterizam pelo anticomunismo e pela defesa de intervenção das Forças Armadas em momentos de crise. Suas demandas têm como foco principal a não punição dos militares envolvidos em crimes de lesa-humanidade, o que traduz forte reação ao controle civil em uma região marcada pelos governos militares nas décadas de 1980 e 1990.

Na América do Sul, a atuação das Forças Armadas frente à migração venezuelana ocorrida em área de fronteira se configura como parte do histórico ativismo político militar brasileiro. O trabalho de Denise Marini Pereira, Mariana da Gama e Adriano Freixo, pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da UFF, analisa os principais aspectos da chamada "Operação Acolhida", que tem sido instrumentalizada como ajuda humanitária das Forças Armadas brasileiras. Para efeito, se procedeu a um levantamento do debate em torno da atuação militar em atividades que extrapolam sua função de defesa externa e bem como das ações militares contemporâneas no ordenamento interno brasileiro.

O artigo seguinte discute a relevância da formação em Ciência Política e Relações Internacionais propiciada pela Academia da Força Aérea. Os autores questionam se essa instituição de ensino superior da Aeronáutica seria qualificada para o preparo dos futuros oficiais da Força Aérea Brasileira e como respondem aos desafios trazidos pelo Estado democrático de Direito. Com amparo em pesquisa bibliográfica e documental, Tamires Andrade, Alexandre Manhães e Humberto José Lourenção correlacionaram os conteúdos estabelecidos nos planos de ensino das disciplinas com suas aplicações no contexto atual considerando as especificidades da profissão militar.

Oficial da reserva do Exército, coordenador do mestrado profissional interdisciplinar “Humanidades em Ciências Militares” e realizando estágio pós-doutoral na Universidade Salgado de Oliveira, Fábio Facchinetti Freire nos brinda com um ensaio acerca do uso político do ensino dos colégios militares, elevados à condição de referência para a educação pública. O autor inicia argumentando sobre as finalidades de criação dos colégios, a seguir identifica as reais condições – materiais, humanas e simbólicas – de sucesso dos colégios e conclui que tais condições não são intrinsecamente “militares”.

Gustavo Josué Simoni Paes e Francisco César Alves Ferraz, integrantes do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, contribuem com um artigo que versa sobre a criação da disciplina Educação Moral e Cívica, a partir da conferência “Liberdade e Democracia”, pronunciada pelo General Moacir Araújo Lopes, em 1968. O objetivo é discutir a representação do comunismo na sociedade brasileira e, em específico, para os militares, o que evidencia a militarização do tecido social e a existência de um projeto de recrudescimento repressivo, independentemente do combate à guerrilha.

A análise do pensamento conservador culturalista do Exército no Brasil é objeto do texto de Wallace da Silva Mello, doutorando em Sociologia Política, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. O autor apresenta resultados de sua pesquisa sobre democracia e política no ideário

dos oficiais do Exército Brasileiro, a partir da apreciação crítica das monografias da Academia das Agulhas Negras. Com base no imaginário, nas tradições e na presença dos militares na história nacional, demonstra a persistência de uma mentalidade que interpreta o passado brasileiro e orienta condutas políticas contemporâneas.

Euclides da Cunha questionou as fronteiras entre civilização e barbárie, revelando como a dita sociedade civilizada poderia ser bárbara. Todavia, a análise euclidiana não consegue se desvincular de posições ditadas pela “civilização”, que, a partir de fundamentos “científicos”, justificavam os avanços imperialistas. Tal orientação deve-se, em grande parte, à formação do escritor, que, na Escola Militar, tivera contato com esse cientificismo e com um senso de “compromisso com a nação”. Entre as armas e as letras é o título do artigo oferecido pelos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, Pedro Victor Lima e Kadma Marques Rodrigues.

As relações sociais e os laços de pertencimento construídos pelos militares, à luz da categoria família, constituem o objeto de reflexão de Nádia Moreira e Viviane Caminha, ambas professoras da Escola Superior de Guerra, e de Sabrina Celestino, líder do grupo de pesquisa Políticas Públicas e Forças Militares. De caráter sócio etnográfico, o trabalho Irmãos de arma, irmãos de vida tem como referência a expressão “família militar” e explora os laços sedimentados pelas circunstâncias adversas vivenciadas por esses sujeitos na Marinha do Brasil, advindas das movimentações pelo território nacional e pelo afastamento do convívio com a família de origem.

Paulo Henrique Matos de Jesus, integrante do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia e doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, investiga a transição do Estado de Segurança Nacional para o regime democrático no que se refere à inclusão dos princípios básicos da Segurança Pública na Constituição Federal de 1988. Seu artigo indaga: Qual o tratamento dado tanto à Polícia quanto ao Corpo de Bombeiros Militar em meio a tal

processo e sua importância para a construção de uma possível identidade militar entre componentes das Forças auxiliares?

Concluimos esta edição especial desejando uma boa leitura!

Os editores